

**HABEAS CORPUS Nº 506.507 - DF (2019/0117669-1)**

**RELATORA** : **MINISTRA LAURITA VAZ**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL  
**ADVOGADOS** : ESEQUIEL SANTOS MOREIRA - DF007920  
DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS  
TERRITÓRIOS  
**PACIENTE** : MARCELINO DIAS RIBEIRO NETO (PRESO)

**EMENTA**

*HABEAS CORPUS*. PROCESSUAL PENAL. RECEPÇÃO. REGIME INICIAL DE CUMPRIMENTO DE PENA. REINCIDÊNCIA. IMPOSIÇÃO DO REGIME INICIAL SEMIABERTO. SÚMULA N.º 269 DO STJ. ORDEM DENEGADA.

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, sem pedido liminar, impetrado em favor de MARCELINO DIAS RIBEIRO NETO, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, proferido nos autos da Apelação n.º 0004204-13.2017.8.07.0005.

O Paciente foi condenado às penas de 1 (um) ano e 2 (dois) meses de reclusão, em regime inicial semiaberto, e ao pagamento de 12 (doze) dias-multa, como incurso no art. 180, *caput*, do Código Penal, por adquirir, receber e conduzir veículo automotivo que sabia ser produto de crime.

Em análise à apelação interposta pela Defesa, o Tribunal *a quo* deu parcial provimento, reduzindo as penas para 1 (um) ano de reclusão, e pagamento de 10 (dez) dias-multa, mantendo, no entanto, o regime inicial semiaberto.

Nas razões deste *habeas corpus*, a Defesa alega, em síntese, ilegalidade na fixação do regime semiaberto, uma vez que baseada exclusivamente na reincidência genérica. Sustenta que a fixação viola o Princípio da Proporcionalidade, e que o Paciente faz jus ao regime aberto, mais adequado ao caso concreto.

Requer a concessão da ordem para que seja fixado o regime prisional aberto.

As informações foram prestadas às fls. 73-91.

Em parecer de fls. 93-96, o Ministério Público Federal opinou pela

concessão da ordem de ofício.

É o relatório. Decido.

O Código Penal, em seu artigo 33, § 2.º, alínea c, dispõe que "o condenado, **não reincidente**, cuja pena igual ou inferior a quatro anos, poderá desde o início, cumpri-la em regime aberto".

Conforme consignado pelas instâncias ordinárias, observa-se que o Apenado é reincidente. Dessa forma, somente é possível que inicie o cumprimento da pena no regime prisional semiaberto, na linha do que dispõe a Súmula n.º 269 dessa Corte Superior, que diz: "*É admissível a adoção do regime prisional semiaberto aos reincidentes condenados a pena igual ou inferior a quatro anos se favoráveis as circunstâncias judiciais*".

Nesse sentido, em reforço:

"HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO. DESCABIMENTO. RECEPÇÃO. EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA ANTES DO EXAURIMENTO DAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. INVIABILIDADE. COMPENSAÇÃO INTEGRAL ENTRE CONFISSÃO ESPONTÂNEA E REINCIDÊNCIA. POSSIBILIDADE. APLICAÇÃO DO REGIME INICIAL SEMIABERTO. SÚMULA N. 269/STJ. WRIT NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.

[...]

4. As circunstâncias judiciais foram favoráveis e a pena não ultrapassou 4 anos de reclusão. Tais elementos, aliados à reincidência do paciente, atraem a incidência do Enunciado n. 269 da Súmula desta Corte. Writ não conhecido. Ordem concedida, de ofício, para afastar a execução provisória da pena até o exaurimento das instâncias ordinárias; compensar integralmente a atenuante da confissão com a agravante da reincidência e fixar o regime semiaberto" (HC n. 429.461/SP, Quinta Turma, Rel. Min. Joel Ilan Paciornik, DJe de 09/03/2018, sem grifos no original).

Sendo assim, não há constatação de constrangimento ilegal na hipótese.

Ante o exposto, DENEGO a ordem de *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de junho de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ  
Relatora